

JOÃO PEDRO MACIENTE ROCHA

**A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE  
TRABALHO E RENDA: O PROJETO “*Economia  
Solidária e redes de cooperação: estratégias para  
inclusão produtiva e consolidação da  
sustentabilidade dos empreendimentos de catadores*”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Graduação em Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Rio de Janeiro  
2014

JOÃO PEDRO MACIENTE ROCHA

**A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE  
TRABALHO E RENDA: O PROJETO “*Economia  
Solidária e redes de cooperação: estratégias para  
inclusão produtiva e consolidação da  
sustentabilidade dos empreendimentos de catadores*”**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado no curso de Graduação em  
Gestão Pública Para o Desenvolvimento  
Econômico e Social do Instituto de  
Pesquisa e Planejamento Urbano e  
Regional da Universidade Federal do Rio  
de Janeiro – UFRJ, como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do título  
de bacharel.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Claudia Ribeiro Pfeiffer  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliane Ribeiro Pereira  
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - UFRJ

---

Dr. Gonçalo Guimarães  
Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de  
Engenharia- UFRJ

## AGRADECIMENTO

Este trabalho determina o encerramento de mais um importante ciclo da minha vida. Durante quatro anos, pude viver intensamente o ambiente de graduação na melhor universidade pública do país. Nela pude encontrar pessoas incríveis que me deram força e conhecimento para subir cada degrau desta longa jornada da vida.

Agradeço aos meus amigos de faculdade e de intercâmbio, colegas de classe, funcionários e professores que me ajudaram e me alegraram neste tempo.

Em especial, agradeço à orientadora e grande amiga Cláudia Pfeiffer pela humildade de compartilhar com afinho seus saberes e me empoderar de escolhas que posso seguir.

Agradeço à ITCP COPPE UFRJ e todos os funcionários que convivi durante todo o período da graduação, onde pude desenvolver grande parte do meu saber. Deixo um agradecimento especial à Tatiane Alencar, grande amiga e companheira de jornada que com sua persistência e inteligência me ajudou a superar grandes desafios.

Agradeço à Família Valentim, em especial a Rebeca e Kécia por me acolherem em seus lares nos últimos meses de graduação, o que me permitiu ter tempo para construir esse trabalho.

Agradeço aos meus pais e minha *Irmã-exemplo*, que sempre me deram estrutura para realizar todos os meus sonhos e a Deus sobre todas as coisas.

"O mundo econômico, os governos, as instituições e a sociedade não podem mais aceitar ou permitir todas as tentativas que vem sendo feitas de separação entre o econômico e o social.

Separar um do outro é deixar o real com o econômico e o utópico com o social. Esta é uma separação que inclui na economia a produção de bens materiais, mas faz com que a dimensão social desta mesma produção fique restrita à consequência.

Nesta divisão, fica combinado que o desenvolvimento é econômico e a pobreza social. A divisão é de um simplismo admirável, mas de uma força ideológica impressionante. Quando entram na fábrica, os trabalhadores são fatores econômicos. Quando saem, são problemas sociais. Quando definem seus orçamentos, os governos são atores econômicos; quando tratam de saúde e educação, são incompetentes sociais e sem recursos, verbas e responsabilidades.

A sociedade moderna dissociou a produção do emprego. Isso só faz aprofundar o abismo entre os integrados e os marginalizados. É imperativo encontrar o caminho do emprego. Sem emprego, não haverá humanidade para todos. A tecnologia não pode se transformar na racionalidade do novo *apartheid* mundial. O desenvolvimento humano é de todos ou não existe. É imperativo dar ao desenvolvimento esta dimensão universal".

**Betinho.**

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo destacar o papel da Extensão Universitária na execução de políticas públicas de geração de trabalho e renda voltados ao cooperativismo popular. Nesse sentido, buscou-se evidenciar através de pesquisas bibliográficas e análise dos dados e relatórios internos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP, da COPPE/UFRJ, as metodologias e ferramentas utilizadas pela incubadora na implementação do Projeto “***Economia Solidária e redes de cooperação: estratégias para inclusão produtiva e consolidação da sustentabilidade dos empreendimentos de catadores***”, financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Apesar de haver diversas políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda no Brasil, a pesquisa destaca a importância da extensão universitária, na transferência de conhecimentos relevantes, tanto administrativa quanto politicamente, para a sustentação das cooperativas, no ordenamento capitalista que tenta de todas as formas manter excluída parte da população brasileira. Será apresentado um breve histórico sobre a extensão universitária, a Economia Solidária e o cooperativismo popular assim como o papel do ITCP em todo o processo, afim de contribuir para tornar compreensível este atual processo de fortalecimento de alternativas à economia vigente em que vivemos.

**Palavras-chave:** Cooperativismo popular. Geração de trabalho e renda. Extensão universitária. Políticas públicas. Catadores de Materiais recicláveis

## ABSTRACT

This paper aims to highlight the role of University Extension in the implementation of public policies in generation of work and income directed to the popular cooperative. In this sense, we tried to show through literature searches and analysis of data and internal reports of the Technological Incubator of Popular Cooperatives - ITCP, COPPE / UFRJ, methodologies and tools used by the incubator in the implementation of the project **"Solidarity Economy and cooperation networks : strategies for productive inclusion and consolidation of sustainability of collectors enterprises"**, funded by the National Secretariat of Solidarity Economy of the Ministry of Labor and Employment. Although many public policies aimed at generating work and income in Brazil, the research highlights the importance of university extension, the transfer of relevant knowledge, both administrative and politically, for the support of cooperatives in the capitalist system, which tries all forms keep excluded part of the population. A brief history of the university extension will be presented, the Solidarity Economy and the popular cooperatives and the role of the ITCP in the whole process too, in order to help make understandable, this current process of building alternatives to the current economy that we live in.

**Key-words:** Popular Cooperatives. Generation of work and income. University extension. Public policies. Collectors of recyclable materials

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

COPPETEC - Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos

CRUTAC - Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária

CUT – Central única dos Trabalhadores

DENACOOOP - Departamento Nacional de Cooperativismo do Ministério da Agricultura

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

FBB – Fundação Banco do Brasil

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEBRACON - Federação de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Estado do Rio de Janeiro

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FORPROEX – Fórum dos Pró Reitores de Extensão

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MST – Movimento dos Sem Terra

ONGs - Organizações não governamentais

PROEXTE – Programa de Extensão

Red LAC - Red Latino Americana de Incubadoras

Rede UNIRCOOP - Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo

REINC – Rede de Incubadoras do Rio de Janeiro

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES - Sistema Nacional de informações de Economia Solidária

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I - A Economia Solidária</b>	<b>04</b>
1) O Cooperativismo Popular	06
<b>CAPÍTULO II - Políticas públicas de geração de trabalho e renda voltadas ao cooperativismo popular</b>	<b>10</b>
1) A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES	11
2) Dados do SIES sobre os EES entre 2004 - 2012	14
<b>CAPÍTULO III - A contribuição da extensão universitária através da ITCP</b>	<b>17</b>
1) A Extensão Universitária	17
2) A Incubadora Tecnológica de Cooperativas populares – ITCP	
COPPE UFRJ	19
a) Metodologia e ferramentas da Incubadora	21
<b>CAPÍTULO IV - O projeto “Economia Solidária e redes de cooperação: estratégias para inclusão produtiva e consolidação da sustentabilidade dos empreendimentos de catadores”</b>	<b>25</b>
1) Público-Alvo do projeto	29
2) Abrangência do projeto	32
3) Metodologia do projeto	36
a) Primeira etapa	36
b) Segunda etapa	41
c) Terceira etapa	42
d) Sobre as oficinas referentes às metas 6 e 7	43
e) A ferramenta do Plano de Negócios	44
4) Resultado da análise parcial do projeto	45
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>51</b>



## INTRODUÇÃO

O conceito de extensão universitária é apresentado pelo Fórum dos Pró Reitores de Extensão de forma completa e objetiva:

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade; uma via de mão dupla, na qual a comunidade acadêmica tem ampliada as suas possibilidades de aplicar os conhecimentos que produz em benefício da sociedade e de obter aprendizados que, submetidos a uma reflexão teórica, resultem na produção de diversos saberes, que irão reverter, novamente, em benefício da sociedade. (FORPROEX, 1987)

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre a contribuição da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares COPPE UFRJ, para a consolidação da extensão universitária e das políticas públicas de geração de trabalho e renda, no âmbito da Economia Solidária. Mais especificamente, para a consolidação das cooperativas populares de catadores de materiais recicláveis da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e do conhecimento sobre o assunto.

Esta exposição surge a partir da experiência que tive durante minha graduação com o universo da Economia Solidária, onde através de bolsa de pesquisa e posteriormente trabalho de assistência técnica aos empreendimentos populares na ITCP COPPE UFRJ, pude analisar diversos aspectos positivos da relação criada entre universidade e sociedade a fim de compartilhar o saber para crescimento mútuo.

Além de apresentar esta relação, buscarei expor através de levantamentos documentais, bibliográficos e observações pessoais do trabalho de campo, como a Incubadora se constitui como ferramenta de geração de trabalho e renda, e como a mesma utiliza ferramentas de mercado para fortalecer empreendimentos populares. Os documentos analisados e parte das informações aqui expostas são oriundos do banco de dados e relatórios internos da Incubadora.

Para apresentar a contribuição de um projeto de extensão a uma política pública, analisei o projeto *“Economia Solidária e redes de cooperação: estratégias para inclusão produtiva e consolidação da sustentabilidade dos empreendimentos de catadores”* em que estou inserido em sua execução. O projeto apresenta resultados claros para a identificação dos benefícios que a relação universidade-governo pode levar à sociedade, sobretudo à população marginalizada e em situação de extrema pobreza.

Para compreender o projeto em questão o trabalho foi dividido em quatro capítulos. No capítulo um será apresentado o arcabouço teórico do trabalho, fundamental para compreender de onde surge o conceito de Economia Solidária, que nos últimos anos se torna uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda com inclusão social. Nesse capítulo, darei ênfase ao importante histórico do cooperativismo popular, atividade que visa atender primordialmente a população de baixa renda.

No segundo capítulo, introduzirei a questão das políticas públicas de geração de trabalho e renda e as formas através das quais estas políticas tiveram um direcionamento para a Economia Solidária. Nesse capítulo, irei apresentar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e os dados sobre Economia Solidária do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES), importantes atores nesse processo.

No capítulo três, será apresentado de forma objetiva um breve histórico da extensão universitária e como conseguimos chegar ao patamar de transferência direta do saber universitário para as pessoas menos favorecidas, expondo a concepção da ITCP COPPE UFRJ, sua metodologia de atuação e seu histórico recente de promoção de políticas públicas de geração de trabalho e renda.

O quarto e último capítulo foi confeccionado para apresentar o projeto *“Economia Solidária e redes de cooperação: estratégias para inclusão produtiva e consolidação da sustentabilidade dos empreendimentos de catadores”*, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, financiado pelo Ministério de Trabalho e Emprego através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que visa exemplificar uma política pública,

direcionada a promoção e criação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Rio de Janeiro, a fim de contribuir para geração de trabalho formal e renda digna para uma população marginalizada pela sociedade. No âmbito desse projeto encontra-se a ferramenta do Plano de Negócios, parte de seu resultado final, ferramenta de mercado utilizada para dar sustentabilidade às cooperativas populares. A adoção de um Plano de Negócios é importante para mostrar que é possível utilizar uma ferramenta da economia dominante em alternativas a ela. Ou em outros termos, que a adoção de ferramentas da economia dominante pode contribuir para o crescimento da Economia Solidária.

Por fim, nas conclusões, teço considerações sobre a importância da interação governo-universidade-sociedade na promoção da inclusão social e econômica daqueles que se encontram excluídos dos benefícios do modelo de desenvolvimento vigente e na construção de uma nova universidade.

## **CAPÍTULO I - A Economia Solidária**

O conceito de Economia Solidária é abrangente. Segundo o site do Ministério do Trabalho e emprego (2014)

“é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.”

A Economia Solidária remota suas origens ao século XIX, durante a revolução industrial europeia onde se inicia uma luta dos trabalhadores contra a forma hegemônica de acumulação capitalista. A partir de então, por meio de movimentos autogestionários, onde a administração de um organismo se dá através seus participantes, em regime de democracia direta - como cooperativas de trabalhadores e diversas outras formas de associativismo - busca-se uma sociedade com práticas de valorização do trabalho, justa distribuição das riquezas e democratização dos meios de produção.

Embora durante todo o século XX o desenvolvimento capitalista ofusasse as práticas econômicas solidárias, o movimento retoma seu crescimento graças à pluralidade de origens e formas de expressão que apontavam caminhos para a estruturação de novos paradigmas econômicos, sociais, culturais e ambientais.

No Brasil, a Economia Solidária é retomada na década de noventa, como resposta às medidas neoliberais que geraram a precarização dos postos de trabalho, além da crescente perda dos postos de trabalhos formais, fenômenos estes que ocasionaram um grande contingente de trabalhadores informais e desempregados. Com isso, os trabalhadores buscaram novas formas de geração de renda por meio das experiências coletivas de trabalho e produção, tanto rural quanto urbana. São exemplos dessas novas formas: as cooperativas de produção e consumo; as associações de pequenos produtores rurais; as redes de produção, consumo e comercialização (que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças

solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário); as instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários; as empresas de autogestão; e os clubes de troca.

Nesta época, a Economia Solidária assume então um viés propositivo, preocupado principalmente com a crescente desigualdade socioeconômica brasileira, que sustenta um padrão de sociedade excludente. Segundo os indicadores de renda em 1989<sup>1</sup>, 50% da população mais pobre detinha apenas 10,62% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos, detinham 51,5%. Com a aplicação de políticas econômicas recessivas e da terceirização do trabalho por seu viés de flexibilização das leis do trabalho no início da década de 90, esta situação de desigualdade foi aprofundada.

Durante a década de 1990 e os anos 2000, a Economia Solidária teve sua expansão graças às entidades e instituições que apoiaram iniciativas de associações comunitárias; à criação e articulação das cooperativas populares e suas redes de produção e comercialização; bem como a promoção de feiras, encontros e congressos que debatiam e estimulavam o fortalecimento da Economia Solidária.

Atualmente o assunto vem sendo fortemente apoiado pelo governo e debatido pelos diversos atores da área. Além do fórum brasileiro de Economia Solidária, existem as ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e os fóruns estaduais que reúnem os empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos a fim de discutir as estratégias e ações da Economia Solidária local e regional.

Com conhecimento do tema, antes pouco difundido, os governos municipais e estaduais vêm criando programas de estímulo a Economia Solidária, como os bancos do povo, programas de empreendedorismo popular solidário, assessoria aos empreendimentos econômicos solidários<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> BORGES, Elcileni de Melo et al; Redução da desigualdade: o impacto dos programas sociais de transferência de renda no país e em Goiás; Disponível em < <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj8/03.htm>> Acessado em 20 de Novembro de 2014.

<sup>2</sup> Segundo o site da secretaria nacional de Economia Solidária, os Empreendimentos Econômicos Solidários são aquelas organizações:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos

em destaque as cooperativas populares, e criação de centros populares de comercialização.

### 1) O Cooperativismo popular

As cooperativas são organizações autônomas, democráticas e voluntárias, abertas para a participação de todas as pessoas que desejarem oferecer seus serviços, aceitando a responsabilidade de associar-se à organização através de contribuição financeira igualitária, a fim de formar o capital da cooperativa. Dentre os princípios da cooperativa está contribuir para a educação e treinamento dos sócios, promover a cooperação entre as cooperativas e estimular o desenvolvimento sustentável da comunidade em que a mesma esta inserida. (ITCP, 2002)

O movimento cooperativista tem sua historia iniciada em 1844, em uma pequena cidade inglesa chamada Rochdale, onde um grupo de tecelões se juntou e fundou uma cooperativa. Após a derrota do movimento grevista de 1842-1844, os tecelões decidiram juntar o dinheiro que recebiam do sindicato de tecelões para a criação de uma loja onde o objetivo era, além de manter a subsistência do grupo com lucro compartilhado, utilizar as sobras para construir casas aos associados e fábricas para dar trabalho aos desempregados.

Este foi o primeiro ensaio de atividade econômica solidária, na forma do cooperativismo, onde se viu o resultado da distribuição de renda justa e

---

meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

democrática, na qual o trabalhador era remunerado adequadamente ao seu trabalho desempenhado.

A partir desta experiência foram criados os princípios básicos que regem o cooperativismo, são eles: 1) Adesão livre e voluntária; 2) Gestão democrática e livre; 3) Participação econômica dos sócios; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, treinamento e informação; 6) Cooperação entre as cooperativas; e 7) Preocupação com a comunidade. (ITCP 2002)

Segundo Gonçalo Guimarães (1998), o cooperativismo popular é uma releitura da ideologia cooperativista, criada no século XIX, que se diferencia pela situação de exclusão vivenciada por seus associados e pela predominância da participação e democracia na gestão, menos voltada para o lucro e mais para o bem comum.

No Brasil, o cooperativismo popular surge no início do século XX, no meio rural, com o trabalho dos padres jesuítas junto aos pequenos agricultores para melhorar suas vidas no sul do país. O marco da época é a constituição de uma cooperativa de crédito para os agricultores e o Projeto Esperança (organizado pela diocese de Santa Maria - RS) que possibilitou melhores condições de trabalho para os moradores locais.

No meio urbano, o cooperativismo popular surge mais tarde, na década de 1980. Com a crise habitacional, acentuada pelo fechamento do Banco Nacional de Habitação, os movimentos de luta pela habitação adotaram o modelo de mutirão e criam cooperativas populares habitacionais a fim de obter financiamentos públicos para construção das moradias.

No início dos anos 90, a problemática da política neoliberal intensificou a criação de cooperativas populares por parte dos trabalhadores agora desempregados ou em situação informal. Nesta perspectiva, a organização autogestionária e solidária de trabalhadores surgem em diversas regiões do país de forma pontual para responder às necessidades destes trabalhadores.

É importante destacar que o marco histórico do cooperativismo popular brasileiro é a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, como uma iniciativa da COPPE UFRJ em 1995, a qual confere visibilidade ao movimento em busca do seu fortalecimento no país.

Em 1999, em busca de mais visibilidade local e da criação de uma identidade, as cooperativas populares do Rio de Janeiro elaboram as

características essenciais de uma cooperativa popular, que seguem especificadamente na tabela abaixo. A tabela apresenta cada característica relacionada a um determinado fator e em seguida sua respectiva descrição.

Característica	Descrição
<b>Origem</b>	As cooperativas populares são, em geral, formadas por iniciativa de profissionais de um mesmo ramo que estejam desempregados ou vivenciando situações de marginalidade econômica.
<b>Constituição do capital</b>	A força de trabalho é, senão o único, o principal capital que os associados dispõem no processo de criação de uma cooperativa popular; A cota parte (contribuição dos sócios para formação da cooperativa) estabelecida é igual para todos os associados e é recolhida só depois da primeira remuneração recebida. As cotas partes são estabelecidas em função dos custos necessários para legalização da cooperativa.
<b>Gestão democrática</b>	A diretoria de uma cooperativa popular é eleita entre os associados, com renovação garantida de pelo menos 2/3 da direção a cada eleição. As decisões são tomadas em assembléia e registradas em ata. Há conselho fiscal e conselho de ética atuante.
<b>Distribuição de renda</b>	A remuneração dos trabalhadores em uma cooperativa é proporcional ao trabalho realizado e não pode exceder a três vezes o valor da menor remuneração dos cooperados, exceto quando a base salarial da categoria a ser remunerada for superior. A tabela de remuneração de todos os cooperados, inclusive diretores, é aprovada em assembléia geral, com divisão equitativa das sobras.
<b>Divisão de tarefas</b>	Todo trabalho é desenvolvido pelo associado, não havendo terceirização das atividades.



<b>Instrumentos de princípios autogestionários</b>	A criação e fiscalização dos instrumentos voltados para o desenvolvimento autogestionário da cooperativa, tais como: estatuto, regimento, fundos, atas, são de fundamental importância.
<b>Quadro de associados</b>	Cabe aos associados conhecer os instrumentos de gestão democrática da cooperativa, participar das assembleias e fazer cursos de capacitação profissional.
<b>Garantias de continuidade de uma cooperativa popular</b>	Toda cooperativa popular deve possuir fundos de investimento que proporcione seu crescimento como empresa, assim como um fundo social que propicie a seguridade, descanso remunerado, gratificação natalina, entre outros benefícios propostos pelos associados.
<b>Responsabilidade social</b>	As cooperativas populares devem procurar contribuir nas ações de melhoria de sua comunidade e priorizar o ingresso de pessoas da comunidade na cooperativa. Um percentual mínimo de 1% das sobras deve ser destinado ao fundo intercooperativo.

Fonte: Site institucional da ITCP COPPE UFRJ. Disponível em <  
<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/>> Acessado em 10 de Outubro de 2014.

## **CAPÍTULO II - Políticas públicas de geração de trabalho e renda voltadas ao Cooperativismo Popular**

Como citado, a política econômica neoliberal adotada no Brasil dos anos 90, foi responsável pelo aumento de desemprego no país - principalmente nas áreas metropolitanas - que geraram um alto nível de pobreza e violência urbana. Com isso, além do Governo Federal, que era responsável pela geração de políticas de trabalho e renda, os Estados e Municípios foram pressionados a produzirem respostas à problemática das grandes e crescentes cidades.

Em vista de reverter esse quadro, o Governo Federal iniciou no país políticas de educação, qualificação e requalificação profissional, desenvolvidas junto aos diferentes atores como os sindicatos, prefeituras, ONGs e universidades de todo o país.

Junto a este movimento, surge no Brasil a Economia Solidária. Uma estratégia alternativa contra o desemprego e a pobreza, compostas por atividades associativas e autogestionárias. Esta nova forma de organização socioeconômica, que tem em comum a ideia de que organizações geridas sobre princípios de igualdade são instrumentos de combate à situação desfavorável em que parte da população se encontra, passa a pressionar o governo em busca de benefícios para a subsistência dos participantes das associações.

Na medida em que o Estado reconhece esses novos sujeitos sociais, detentores de novas formas de produção, reprodução e distribuição, torna-se necessária a permissão ao acesso dos bens e recursos públicos, tal como outros segmentos econômicos e sociais beneficiados.

Principalmente devido a esse caráter inovador e frágil que os empreendimentos econômicos solidários têm, o Estado precisa desempenhar o papel de propulsor, por meio de políticas públicas que forneçam instrumentos e mecanismos para o reconhecimento e fortalecimento deste segmento.

É importante ressaltar que esta política de apoio à Economia Solidária não deve ser compreendida como assistencialista, mas sim, como um auxílio fundamental para emancipação dos empreendimentos e consequentemente

de uma parcela da população excluída através das qualificações do trabalho e transferência de renda.

Outro ponto importante à compreender é a questão da heterogeneidade das formas de organização e dos sujeitos presentes nesta economia, o que resulta em uma infinidade de demandas e necessidades que só podem ser atendidas por medidas transversais de diversas áreas como educação, saúde, legislação, acesso à crédito e financiamento, em busca de atingir a sustentabilidade de cada empreendimento. Com isso, toda política deve ser estruturada de maneira que o acesso dos empreendimentos seja integrado à sociedade de múltiplas formas, de acordo com sua capacidade de aproveitamento dos instrumentos e mecanismos oferecidos. Da mesma forma, estas políticas devem fortalecer o protagonismo político e a organização social dos trabalhadores a fim de institucionalizar os direitos dos mesmos e possibilitar a interlocução com o próprio Estado.

Para fomentar a criação de políticas públicas voltadas à Economia Solidária, foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual foi fundamental para estabelecer muitos conceitos aqui apresentados, e desenvolver instrumentos de pesquisa para conhecimento do campo em que as políticas serão direcionadas, como o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES).

### **1) A secretaria nacional de Economia Solidária - SENAES**

Com a Economia Solidária crescendo por todo o Brasil, em 2002, durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, os trabalhadores de empreendimentos associativos, as entidades de representação do movimento, as entidades de assessoria e fomento e os gestores de políticas públicas interessados na área elaboraram uma carta ao Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, onde foram apresentadas as diretrizes gerais da Economia Solidária e foi solicitada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, a secretaria foi criada durante a III Plenária de Economia Solidária, que aconteceu no mesmo ano. Neste momento foi aproveitada a ocasião para a

criação da Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Segundo Paul Singer (2012, p.50):

“A Secretaria nasce como um rebento do movimento. Nós somos frutos da criação do movimento de Economia Solidária que estava se tornando nesses meses um movimento nacional, hoje presente em 27 estados do país. Esse relato é fundamental para entender como são feitas as políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. Elas são feitas em estreita parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no qual estão todos os elementos: empreendimentos, entidades da sociedade civil que apoiam e fomentam a Economia Solidária, a própria rede de gestores públicos principalmente municipais na época, e agora também estaduais. Ali a SENAES encontra um solo fértil onde plantar novas políticas públicas de Economia Solidária.”

Após a criação da secretaria, foram determinados os objetivos a serem atingidos por uma política pública de fomento à Economia Solidária. Destacam-se entre eles: a garantia do direito a uma vida digna, a contribuição para erradicação da pobreza, a promoção da inclusão social, da igualdade de gênero e étnica, promoção e ampliação das oportunidades de trabalho digno e renda justa, ao fomento de diferentes formas de organização, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o estímulo a participação social e política dos atores beneficiados no próprio processo de execução da política.

O debate da Economia Solidária, como se pode observar, é bastante atual dentro das instâncias de governo, para isso é importante destacar os desafios para realizar as políticas de Economia Solidária no País. Este processo foi explicitado por Singer no seminário “Economia Solidária na America Latina: Realidades Nacionais e Políticas Públicas”, ocorrido em outubro de 2011, na UFRJ.

Dentre as dificuldades apresentadas, Singer (2012, p.51) destaca a grande interdisciplinariedade das políticas de Economia Solidária, sendo necessária a participação de parceiros da sociedade civil experientes para que se possa criar, articular e colocar plenamente a política em prática. A

complexidade é tamanha que cerca de 80% do tempo de trabalho gasto pela secretaria é para montar as chamadas públicas de atores responsáveis por fomentar a Economia Solidária, examinar os projetos submentidos e contratar os proponentes. O tempo restante é utilizado para acompanhamento do projeto.

Outra questão importante, diz respeito ao mapeamento dos empreendimentos e acompanhamento do projeto. Segundo relato do Singer (2012, p.50-52), como a equipe é reduzida, as atividades de mapeamentos são pontuais e realizadas em apenas um período do ano. Isso faz com que o levantamento leve muito tempo para ser feito e alguns resultados se perdem durante o processo. Como a liberação de recurso no governo é feita de maneira político-eleitoral, é necessário que os políticos vejam os resultados das políticas de Economia Solidária acontecendo e englobando um grande e crescente número de cidadãos. Esse foi um dos grandes motivos, segundo Singer, do lento crescimento das políticas públicas no âmbito da Economia Solidária.

Em 2006, durante a briga do governo pelo novo mandato, os levantamentos tidos pela SENAES não eram suficientes para justificar um aumento expressivo dos investimentos nesta área, mas em 2012 o mapeamento do SIES já se mostrava mais completo e com resultados que justificavam a assinatura de 213 deputados federais para a formação da Bancada da Economia Solidária na câmara, o que impulsionou as políticas para beneficiar os EES.

A seguir serão apresentados os dados do Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES), a fim de mostrar os números expressivos de empreendimentos distribuídos por todo o país, justificando assim a importância de criação de políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda a esses empreendimentos. Além disso, ressalta-se a importância de observar os números das cooperativas populares levantados na pesquisa, visto que estes serão os empreendimentos beneficiados pela política pública que será apresentada aqui como forma de exemplificação do papel da ITCP COPPE UFRJ na realização da política que visa retirar uma parcela da população de sua situação de extrema pobreza.

## 2) Dados do SIES sobre os EES entre 2004 - 2012

O Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) é um instrumento utilizado pela SENAES para identificar e registrar informações dos EES e das entidades que apoiam e fomentam as políticas públicas de Economia Solidária.

Desde 2004, quando foi criado, o sistema já mapeou mais de 33 mil Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil, através de três rodadas nacionais de identificação e caracterização.

Entre 2005 e 2007 foram feitos dois mapeamentos, que somados resultaram nos dados de 21.859 EES. O terceiro mapeamento aconteceu entre 2010 e 2012 e levantou mais 11.663 EES.

*Tabela 1 - Situação dos EES Base 2005-2007*

	Quantidade	Percentual sobre (a)	Percentual sobre (f)
a-) Total Base	21.859	100	
b-) EES não localizados	2.382	11	15
c-) EES que deixaram de existir	3.374	15	22
d-) EES que deixou de atender aos critérios do SIES	1.925	9	12
e-) EES incluídos na Base 2010-2012	7.839	36	51
f-) Sub-Total	15.520	71	100
g-) EES sem informações	6.339	29	

Fonte: Boletim Informativo - Edição Especial Divulgação dos dados do SIES 2013

Como apresentado na tabela acima, desses empreendimentos mapeados entre 2005 e 2012, 15% dos EES deixaram de existir, outros 11% não foram localizados e 9% deixaram de atender aos critérios do SIES, resultando assim em 19.708 organizações que permitiram ao sistema realizar um questionário e criar uma base completa de dados sobre diferentes aspectos.

Um importante dado que foi possível obter, refere-se ao tipo de organização que o EES tem. A importância desse dado para este trabalho, se

dá na medida em que é possível demonstrar a expressiva participação das cooperativas como uma das três mais importantes formas de organização dos EES no Brasil.

*Tabela 2 – Tipo de Organização*

Forma de Organização	Quant.	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
<b>Total</b>	<b>19.708</b>	<b>100</b>

Fonte: Boletim Informativo - Edição Especial Divulgação dos dados do SIES 2013

Na região sudeste, campo mais atuante da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares COPPE UFRJ, a forma de organização das cooperativas é ainda maior, cerca de 10% dos EES.

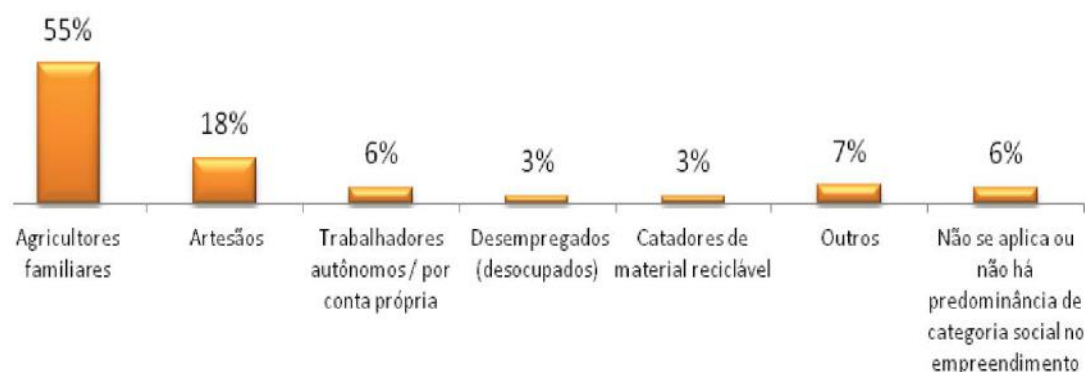
*Tabela 4 – Forma de Organização por Região.*

Forma de Org./ Região	Norte	%	Nor- deste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro Oeste	%	Brasil	%
Grupo Informal	802	25,6	1.675	20,8	1.567	48,5	1.450	44,0	524	25,9	6.018	30,5
Associação	2.044	65,4	5.969	74,2	1.309	40,6	1.194	36,3	1.307	64,7	11.823	60,0
Cooperativa	273	8,7	368	4,6	318	9,9	606	18,4	175	8,7	1.740	8,8
Soc. Mercantil	8	0,3	28	0,3	34	1,1	42	1,3	15	0,7	127	0,6
<b>Total</b>	<b>3.127</b>	<b>100</b>	<b>8.040</b>	<b>100</b>	<b>3.228</b>	<b>100</b>	<b>3.292</b>	<b>100</b>	<b>2.021</b>	<b>100</b>	<b>19.708</b>	<b>100</b>

Fonte: Boletim Informativo - Edição Especial Divulgação dos dados do SIES 2013

Em 2012, os 19.708 EES, tinham como associados 1.423.631 pessoas, o que representava uma média de 72 pessoas por EES. Com 56,4% de homens e 43,6% de mulheres, os empreendimentos foram divididos por categorias sociais, como artesãos, agricultores, autônomos, catadores de materiais reciclados, entre outros. Abaixo segue a tabela demonstrando essa divisão percentual das categorias sociais dos EES, com ênfase nos 3% que o universo dos catadores atinge.

Gráfico 1 – Categoria Social dos Sócios



Fonte: Boletim Informativo - Edição Especial Divulgação dos dados do SIES 2013

Para finalizar a análise dos dados, a pesquisa apresenta os principais desafios que os EES enfrentam para sua viabilidade econômica e a adequada geração de renda para os sócios. Todos os principais desafios serão trabalhados no projeto realizado pela Incubadora tecnológica de cooperativas populares e a SENAES/MTE, demonstrando coerência entre as atividades da Incubadora e as necessidades dos EES.

Gráfico 2 – Principais Desafios



Fonte: Boletim Informativo - Edição Especial Divulgação dos dados do SIES 2013

Antes de adentrar à análise específica do projeto, seus objetivos, ferramentas e metodologias utilizadas para superar a questão da retirada de um grupo social de uma situação marginalizada, é importante compreender o histórico da ITCP, sua metodologia e projetos que serviram de arcabouço teórico e prático para a realização do projeto a ser apresentado.



### **CAPÍTULO III - A contribuição da extensão universitária através da ITCP**

#### **1) A extensão universitária**

Para compreender a importância da extensão universitária na constituição de uma sociedade mais humana, onde o conhecimento técnico tem a oportunidade de ser colocado à prova do conhecimento “da vida”, é necessário explicitar como chegamos a essa ideia de troca entre universidade e sociedade.

Remota aos anos de 1931, sobre o decreto-lei 19.851, a primeira utilização dos termos da extensão universitária, contidas no Estatuto da Universidade Brasileira. Neste tempo a concepção da extensão era a de uma conferência, curso, congresso ou assistência técnica rural voltada aos graduados com objetivo de beneficiar apenas a classe dirigente, direcionando a esta classe a transmissão do conhecimento e o progresso das pesquisas.

Nos anos 60, através do movimento Estudantil, surge uma nova forma de extensão, esporádica, pontual e desvinculada ao projeto acadêmico da universidade, onde são promovidas ações assistencialistas para a população carente brasileira. Estas ações duraram pouco tempo devido à instalação do regime militar autoritário em 1964.

Em 1966, o governo militar cria o projeto Rondon e os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), colocando a serviço do Estado os estudantes universitários. O objetivo era inserir no ideário estudantil os conceitos desenvolvimentistas e tecnicistas implantados no país, principalmente junto às comunidades rurais, sem problematizar as questões político-sociais brasileiras. Posteriormente, os CRUTAC tornaram-se locais de treinamento e de estágio dos estudantes.

Neste mesmo momento surge na universidade um movimento contra-hegemônico, que se juntou à demanda da sociedade brasileira por uma reforma de base na educação. A primeira vitória é a lei 5540/68 que trata da Reforma Universitária, onde a extensão universitária permanece dissociada ao ensino e a pesquisa, mantendo seu caráter assistencialista.

Na década de 80, com o fim do regime militar, começa a configurar um novo paradigma de universidade, onde a população deixa de ser percebida apenas como receptora do conhecimento produzido dentro da universidade.

Com a criação do Fórum dos Pró-reitores de extensão (FORPROEX) em 1987, o conceito de extensão é rediscutido e a universidade coloca em pauta a sua função social. A discussão mostra a necessidade de uma universidade com currículo dinâmico, flexível, transformador a fim de confrontar a realidade de cada região do Brasil. Os resultados esperados são a democratização do conhecimento através de uma promoção da interdisciplinaridade, de uma visão integrada do social e principalmente da participação efetiva da comunidade na universidade, promovendo uma relação transformadora entre universidade e as demais instancias sociais.

Além da visão integrada, o FORPROEX atinge sua meta primordial de indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, colocando-a como princípio constitucional previsto no artigo 207 (CRFB/88).

Em 1988 é rediscutido também o conceito de sala de aula, que deixa de ser apenas um locus de produção teórico-abstrata, para considerar todo espaço dentro e fora da universidade capaz de realizar o processo histórico social de produção do conhecimento através de diversos atores.

Esse contexto traz uma nova relação entre o tripé universitário: na relação entre ensino e extensão, ela se aproxima e produz mudanças no processo pedagógico, visto que ambos vislumbram um fim comum: o aprendizado. Na relação com a pesquisa, a extensão promove uma nova discussão direcionando a necessidade de se pesquisar tendo como finalidade a transformação da sociedade.

Durante a década de 90, a extensão universitária teve altos e baixos. Pontos positivos para extensão se destacam em 1991, quando a extensão foi inserida no currículo do universitário e mais a frente, em 1993, quando foi criado o Programa de Fomento a Extensão, priorizando e definindo critérios para apoio financeiro às universidades públicas. Contudo, em 1996 o PROEXTE – programa de extensão - foi interrompido pelo Ministério da Educação devido às questões orçamentárias. Somente a partir do governo Lula em 2003 um novo cenário se apresenta e o programa de financiamento da extensão é retomado por meio do lançamento de editais públicos promovidos pelo CNPq e por diversos ministérios como justiça, trabalho e meio ambiente.

Com isso, se na década de 80 a universidade buscava um novo paradigma, nos anos 2000 a extensão contribui para a maturidade da mesma. (FORPROEX, 2006)

## **2) A Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares – ITCP COPPE UFRJ**

Durante todo esse processo de fortalecimento da extensão universitária e do crescimento das políticas públicas de Economia Solidária, destaca-se um importante acontecimento que possibilitou o fortalecimento da relação entre extensão e política pública.

Em 1995 foi criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua existência surge a partir da demanda observada por um grupo de estudiosos, profissionais da COPPE que vislumbraram na metodologia da incubadora de empresas, uma forma de também beneficiar os empreendimentos econômicos solidários brasileiros, possibilitando com que o saber da universidade fosse transposto não somente para os projetos de empresas, mas, também, para grupos autogestionados, em situação marginalizada e carente de conhecimento para crescimento profissional. Esta foi a primeira experiência de incubação de EES no Brasil, e com isso toda a metodologia e ferramentas para a incubação houveram de ser desenvolvidas pela ITCP COPPE UFRJ.

Ao longo dos 19 anos de sua trajetória, a ITCP se propôs a criar uma rede solidária atuante nas áreas de desenvolvimento territorial, turismo, saúde mental e reciclagem, sempre dialogando com dois tipos de público beneficiário: o direto e o indireto.

Como beneficiários diretos a Incubadora têm os trabalhadores desempregados ou subempregados; as pessoas que estão saindo do mercado formal de trabalho e ingressando no mercado informal; os usuários do sistema de saúde mental; os grupos de catadores de materiais reciclados; os jovens de baixa renda; e ex-presidiários que buscam uma inserção no mercado formal de trabalho por meio do associativismo.

Na condição de beneficiários indiretos encontram-se os órgãos governamentais; as ONGs; e as empresas que atuam em projetos afins ou

complementares, visando beneficiar os cooperados. Nessa linha de ação destaca-se o trabalho de incubação de novas incubadoras populares e a participação ativa na formação de gestores públicos e posterior desenvolvimento de redes interinstitucionais.

A metodologia desenvolvida na ITCP foi repassada e adaptada às diversas universidades brasileiras e, atualmente mais de 40 possuem Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares <sup>3</sup>.

Para fortalecimento da incubadora, a ITCP participa da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCP's), da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismo (Rede UNIRCOOP), da Red Latino Americana de Incubadoras (Red LAC) e a Rede de Incubadoras do Rio de Janeiro (REINC), assim como é membro da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC).

Com seu pioneirismo, a ITCP já ganhou diversos prêmios ao longo de sua trajetória, dentre eles está o prêmio de uma das dez experiências mais importantes no combate à pobreza no país, recebido em 1999, por meio do concurso nacional promovido pelo banco mundial e pela fundação Getúlio Vargas de São Paulo; e o prêmio nacional de empreendedorismo inovador da ANPROTEC, recebido em 2007, na categoria de melhor programa de incubação orientado para o desenvolvimento local e setorial.

Para realização de suas atividades, a Incubadora vem mantendo convênios e parcerias com diversas entidades públicas nacionais e internacionais, dentre elas: Oxfam Novib; GTZ; ICCO; Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Educação (Programa Diversidade na Universidade e Programa PROEXT 2007); Caixa Econômica Federal, Central Única dos Trabalhadores (CUT); Departamento Nacional de Cooperativismo do Ministério da Agricultura (DENACOOOP); Agência Brasileira de Inovação (FINEP), Fundação Banco do Brasil (FBB), e diversas prefeituras das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro.

---

<sup>3</sup> Disponível em <[www.finep.gov.br/programas/proninc.asp](http://www.finep.gov.br/programas/proninc.asp)> Acessado em 15 de Outubro de 2014.

Em suma, a ITCP atua diretamente na incubação de empreendimentos econômicos solidários, em especial na promoção do cooperativismo popular, buscando focar sua atuação nos grupos, fomentando a cooperação entre indivíduos e o entorno social, a fim de desenvolver uma forma de gestão igualitária e democrática, e uma educação capaz de empoderar o cooperado, transformando-o em um agente multiplicador do conhecimento, perpetuando os pilares do cooperativismo e estimulando a alternativa à economia dominante da sociedade. (ITCP 2002)

#### **a) Metodologia e ferramentas da Incubadora**

“A incubação é um processo de educação continuada baseado no binômio, assessoria - educação cooperativista com reforço na educação formal, contribuindo para a formação da cooperativa e do indivíduo.” (ITCP, 2014).

Assim, para que os trabalhos da ITCP COPPE UFRJ pudessem ser realizados em diferentes campos de trabalho, a Incubadora criou uma metodologia baseada no “aprender fazendo”. Utilizando a Educação Popular, a metodologia prevê o foco em cinco pontos: 1) Organização do Grupo; 2) Mobilização, identificação e fortalecimento de lideranças; 3) Formação técnica; 4) Organização do trabalho; e 5) Comercialização dos produtos e serviços;

Esta metodologia, chamada INCUBCOOP, foi avaliada, revisada, aprofundada e integrada a novos conceitos durante cinco anos, possibilitando a criação de indicadores para monitorar o desenvolvimento das cooperativas e de etapas a serem executadas para atingir cada objetivo.

Junto a INCUBCOOP foi inserida a TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), que qualificou o processo de construção das cooperativas, e ampliou o acesso a informação por parte das mesmas através do Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Visto que cada cooperativa tem uma distinta realidade e projeto específico, é necessária a utilização de indicadores de monitoramento para identificar de forma clara as fragilidades do grupo e os aspectos relevantes a fim de traçar um plano de atividade para cada uma, fazendo com que não se aplique solução idêntica a realidades diferentes.

O planejamento cooperativo busca então, sempre selecionar quatro questões: onde o grupo está; aonde quer chegar; quando e a partir de quais ações e recursos. Segundo o Programa de Incubação (ITCP, 2007), para assimilar a prática deste planejamento, incubadora e cooperativa precisam desenvolver alguns importantes pontos:

- a. A construção do “sonho cooperativo”: a importância de ter um projeto claro de ação futura, com metas e ações, para mobilizar constantemente o grupo e os parceiros.
- b. A sensibilização sobre a importância de planejar e avaliar periodicamente a trajetória do empreendimento, seguindo metas claras e mensuráveis.
- c. A capacitação da cooperativa no uso de ferramentas de planejamento e avaliação (uso de quadros, tabelas, maquetes, leitura de indicadores de desempenho).
- d. A realização de encontros de planejamento e avaliação durante o período de incubação, visando a assessorar os grupos nas suas atividades de planejamento, bem como monitorar e avaliar as ações do grupo e da incubadora. Nessas ocasiões devem ser realizados também exercícios (rituais de aprovação) que permitam aos grupos conhecerem seus avanços e que os estimulem a seguir em frente. (ITCP, 2007 p. 8-9)

A metodologia INCUBCOOP divide o desenvolvimento da cooperativa em três vertentes: social, econômica e tecnológica. Os aspectos básicos da cidadania e as relações da cooperativa com a sociedade são trabalhados pela vertente Social. Os aspectos de sustentabilidade do empreendimento são atingidos pela vertente econômica e a organização e melhoria do trabalho e da produção ficam a cargo da vertente tecnológica.

Esta metodologia desenvolvida é trabalhada em duas fases pela ITCP COPPE UFRJ: a pré-incubação e a incubação. A pré-incubação consiste na etapa onde são trabalhadas as questões básicas de cidadania dos cooperados, assim como é elaborado o projeto da cooperativa, definindo com o grupo os objetivos, instrumentos, história do cooperativismo e realidade da atividade econômica a ser desenvolvida. Este período, estipulado em seis

meses, permite uma compreensão geral do projeto a ser perseguido pelo grupo.

Após a definição do projeto da cooperativa, a ITCP inicia o processo de incubação, onde durante aproximadamente 3 anos, a incubadora busca desenvolver cursos, projetos, articulações e treinamentos junto aos cooperados e aos parceiros alcançados (como prefeituras, comunidade do entorno, agentes privados, ONGs, escolas) para dar sustentabilidade a cooperativa.

A ITCP exibe denso currículo na área de Incubação de Cooperativas Populares e ao longo dos anos, em meio à realização de tantos projetos, a equipe ITCP acumulou experiência e desenvolveu metodologias e ferramentas que garantem os resultados de suas ações.

Dos muitos projetos, dois são fundamentais para a demonstração da capacidade técnica, administrativa e operacional para a realização do projeto *“Economia Solidária e redes de cooperação: estratégias para inclusão produtiva e consolidação da sustentabilidade dos empreendimentos de catadores”*, sendo eles o Projeto *Cataforte* e o *Cooperativismo em Movimento*.

E isso ocorre por duas razões: do primeiro, Projeto *Cataforte*, os resultados extraídos geraram análises que subsidiaram a definição dos caminhos a serem seguidos pela ITCP quanto às cooperativas de materiais recicláveis, e do segundo, *Cooperativismo em Movimento*, a incubadora criou novos marcos metodológicos e textuais para as atividades de incubação e assistência técnica que estão sendo aplicadas concomitantemente neste e nos demais projetos que serão desenvolvidos pela incubadora.

O Projeto *Cataforte* “Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis” tinha como público alvo os catadores e catadoras de materiais recicláveis. Ele foi executado no período de maio de 2010 a novembro de 2010.

O projeto teve como resultado a inscrição de 910 catadores e catadoras, onde 647 foram certificados com 128 horas de formação técnica para exercer melhor sua atividade. Abaixo segue o quadro com a distribuição dos municípios atingidos pelo projeto e o número de catadores atendidos.

Município	Catadores inscritos	Catadores formados
Rio de Janeiro	381	235
Arraial do Cabo	62	41
Duque de Caxias	191	156
Magé	94	76
São Gonçalo	64	54
Marica	35	18
Seropédica	45	30
São João de Meriti	28	18
Paraty	23	19

Fonte: Relatório final do Projeto Cataforte 2010– Banco de dados internos da ITCP COPPE UFRJ

Além da capacitação e formação dos catadores e catadoras, o projeto atendeu através de assessoria técnica, 17 empreendimentos econômicos solidários e seis grupos em processo de formalização e legalização. Ao final do processo, foi elaborado um plano de atuação em rede que envolveu 24 Empreendimentos Econômicos Solidários voltados para o Programa de Reaproveitamento de óleo Vegetal – PROVE em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro e a Federação de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Estado do RJ – Febracon.

O projeto *Cooperativismo em Desenvolvimento* iniciado em 2010 proporcionou à ITCP o desenvolvimento e atualização de seu material de incubação e assistência técnica. Em 2012, novos cadernos de formação, capacitação e assistência técnica foram elaborados segundo parâmetros educacionais, para garantir a ampla comunicação como o público alvo da incubadora. Todo o material recebeu formatação específica, levando em consideração as características socioculturais dos grupos e as peculiaridades dos temas tratados, assim como os princípios do cooperativismo e vantagens do trabalho em rede, a logística de transporte, comercialização e as atividades dos catadores e das cooperativas no universo dos resíduos sólidos.



#### **CAPÍTULO IV - O projeto “Economia Solidária e redes de cooperação: estratégias para inclusão produtiva e consolidação da sustentabilidade dos empreendimentos de catadores”**

O projeto “*Economia Solidária e redes de cooperação: estratégias para inclusão produtiva e consolidação da sustentabilidade dos empreendimentos de catadores*” foi desenvolvido pela ITCP a partir do edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE nº 004/2011 e vem sendo executado desde janeiro de 2012. O projeto encontra-se em andamento e tem seu fim previsto para novembro de 2015. Com isso, será a primeira vez que o projeto será exposto em um trabalho acadêmico a fim de apresentar seus objetivos, resultados parciais e uma análise crítica de sua metodologia, demonstrando como a extensão universitária contribui para a geração de trabalho e renda da população marginalizada.

O projeto reflete uma demanda nacional: retirar o maior número possível de pessoas da condição de extrema pobreza. Com a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei 12.305/2012), o debate do descarte correto dos materiais recicláveis entra em pauta estimulando a criação de políticas públicas que buscassem transformar a realidade deste ambiente. A lei não trata direta e explicitamente do catador, mas através dela eles ganharam maior força pra lutar por seus direitos, sobretudo porque no artigo 4º se garante que o material reciclável deve ser encarado como um importante fator de geração de renda.

Com isso, o projeto vem apontar caminhos e oferecer ferramentas para aperfeiçoar a atividade dos profissionais de catação, elevar o nível de sustentabilidade dos empreendimentos e minimizar os impactos negativos do descarte irresponsável dos resíduos sólidos reaproveitáveis e recicláveis.

O objetivo será atingido através de ações de sensibilização, organização, formação, incubação e assistência técnica, voltada aos catadores e a novos e já atuantes empreendimentos da Economia Solidária.

O ciclo do resíduo nas grandes cidades que ocorre coleta domiciliar é conhecido. O consumidor ensaca seu lixo, sem nenhuma separação, coloca em um local para descarte, onde o lixeiro recolhe e o lixo desaparece. Seria este o fim da cadeia do resíduo? Não. O produto descartado tem um novo ciclo iniciado, que alimenta outra cadeia, a de materiais reutilizáveis e

recicláveis. A vida útil aumenta com essa nova destinação e a energia guardada é reaproveitada para alimentar um imenso e crescente número de catadores<sup>4</sup> que encontram nestes despojos a oportunidade de gerar renda. Em condições inaceitáveis de vida, muitos deles vagam pelas ruas, vivem e trabalham em lixões ilegais, experimentando as mazelas de viver em situação de extrema pobreza. Na Cidade do Rio de Janeiro, que recebe também catadores de outros municípios da região metropolitana, os resíduos são disputados por cooperativas e procurados por catadores. A destinação incorreta, além de dificultar o acesso, seleção e coleta do material, agrava o cenário. Quanto pior o descarte, menor é o reaproveitamento dos resíduos e mais negativo o impacto ambiental.

A economia aquecida e o expressivo crescimento do consumo interno geram constante aumento dos resíduos. Por outro lado, milhares de pessoas arrancam, com sacrifício e em péssimas condições de segurança, o sustento do lixo. Unindo os dois quadros, obtemos um encontro de caráter positivo. Se, por um lado, a produção de resíduo cresce e ameaça a saúde ambiental, por outro, temos para compensar e buscar resolver, milhares de pessoas dispostas a coletar resíduos.

O que torna o encontro negativo são as condições de existência a que estão condicionados os catadores de lixões, não organizados em trabalho cooperativo. Como revelou o projeto *Cataforte*, o cotidiano das populações que vivem da catação na condição de extrema pobreza pode ser exemplificado por ser cercado pelo trabalho infantil, desconhecimento da composição dos resíduos e os seus efeitos na saúde, o não uso de EPI, a moradia em espaços de lixo, (as vezes dentro dos lixões) e muitos não possuem documento de identificação.

A questão ambiental, que atualmente aquece o interesse pelo papel dos catadores, indica que soluções não podem esperar. Iniciar processos de sensibilização e formação dos catadores, visando ampliar a capacidade de produção dos empreendimentos e a inclusão produtiva de novos catadores, é a aposta do projeto, que entende a integração do trabalho em rede com as questões ambientais e sociais como caminho para a conquista da

---

<sup>4</sup> No Rio de Janeiro são 8.000 segundo dados do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR, 2011)

sustentabilidade. Neste Projeto, a ITCP COPPE UFRJ já conta com a adesão dos poderes públicos dos municípios de Japeri, Duque de Caxias, Mangaratiba, Itaguaí, Volta Redonda, Barra Mansa, Nilópolis e Rio de Janeiro e com a expressiva adesão da Febracom, federação que congrega mais de 40 cooperativas de catadores em atuação. As parcerias foram desenhadas de forma a contemplar os objetivos do projeto, principalmente no que tange ao apoio dos poderes públicos aos catadores e proteção social do Estado.

Atravessando o processo de formação e de assistência técnica, o projeto prevê uma série de atividades educativas e culturais, que sensibilizam os participantes, seus familiares e crianças, para as atividades que exercem, ampliando a compreensão da função do catador no complexo cenário das grandes metrópoles. Questões ambientais, arte, música e teatro fazem parte do repertório de formação geral. Cultura e trabalho se mesclam com o objetivo de despertar capacidades adormecidas e desenvolver novas habilidades. Para compreender melhor os objetivos do projeto, segue abaixo os objetivos específicos previstos:

Objetivos específicos	
Objetivo específico 1	Realizar busca ativa para identificar, sensibilizar e mobilizar catadores de material reciclável em situação de extrema pobreza, diagnosticar potencialidades e apontar soluções viáveis para inclusão produtiva.
Objetivo específico 2	Organizar em empreendimentos de Economia Solidária, catadores desarticulados e ligados a lixões e dar formação específica em Economia Solidária e técnicas profissionais para enfrentar a complexidade crescente da cadeia produtiva da reciclagem.
Objetivo específico 3	Apoiar e promover a Economia Solidária através da incubação de grupos de catadores, respeitando a diversidade cultural e transferindo ferramentas de gestão participativa.

Objetivo específico 4	Prestar assistência técnica a empreendimentos de Economia Solidária constituídos, promovendo o aperfeiçoamento profissional de seus membros, salientando as vantagens e indicando as potencialidades do trabalho em rede de cooperação.
Objetivo específico 5	Estabelecer parceria com o poder público e lideranças locais visando o estabelecimento de condições materiais para o desempenho das funções dos catadores. Minimizar os riscos inerentes ao trabalho de catação, fortalecer o papel da mulher e evitar o trabalho infantil. Neste objetivo específico, o projeto pretende encaminhar os catadores aos serviços básicos de cidadania e cadastrar famílias beneficiárias no Cadastro Único do Governo Federal – CADÚNICO.
Objetivo específico 6	Desenvolver conhecimento e divulgar as vantagens sociais da organização e fortalecimento de empreendimentos de Economia Solidária
Objetivo específico 7	Transferir tecnologia e ferramentas eficientes que promovam a sustentabilidade dos empreendimentos e promovam benefícios ambientais.

Fonte: Formulário para apresentação do Projeto Básico da Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n 004/2011- Banco de projetos da ITCP COPPE UFRJ.

Estes objetivos são expressos em termos quantitativos, mensuráveis através das metas do projeto, que são: 1) Capacitação de equipe executora; 2) Articulação Institucional, formação dos grupos de catadores de rua e processo de seleção das cooperativas; 3) Capacitar e incubar os grupos formados; 4) Aplicar Assistência técnicas aos empreendimentos formalizados

e em atuação; 5) Aplicar Assistência técnica aos grupos recém-formados e acompanhar suas ações; 6) Aplicação de Oficinas para resgate de autoestima através da cultura e do trabalho cooperativo; e 7) Aplicação de Oficinas para Inclusão produtiva, desenvolvimento sustentável e preservação ambiental.

### **1) Público- alvo do Projeto**

A população a ser beneficiada neste projeto é formada por catadores de materiais recicláveis de diversos municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, dentre eles Mangaratiba, Volta Redonda, Duque de Caxias, Japeri, Itaguaí, Nilópolis, São João de Meriti e Rio de Janeiro. Nas pesquisas realizadas pelos técnicos da ITCP COPPE UFRJ junto ao MNCR, foram identificados cerca de 8.000 trabalhadores no estado que atuam na área de catação. Mais de 50% deste quantitativo é composto por homens, com renda aproximada de um salário mínimo, oriundo do trabalho da coleta dos resíduos recolhidos das ruas, aterros (lixões) e/ou cooperativas de materiais recicláveis. Diante de diversos perfis de catadores, a equipe da ITCP os separou em três categorias de análise, identificados pelo campo de atuação: catadores de lixões, de logradouros públicos (áreas urbanas) e inseridos em empreendimentos econômicos solidários.

No levantamento, foram analisados aspectos referentes às condições socioeconômicas dos catadores, o grau de vulnerabilidade no ambiente de trabalho dos mesmos, e as dificuldades encontradas para sua atuação na forma de um empreendimento econômico solidário. No que tange a questão sobre a renda dos catadores, os que se encontram inseridos em lixões não enxergam vantagens em atuar na forma de empreendimentos, como pode ser observado na tabela abaixo com as características dos catadores. (ITCP 2011)

<b>Perfil dos Catadores</b>	<b>Coleta nos logradouros públicos</b>	<b>Inseridos nos lixões</b>	<b>Inseridos em Empreendimentos Econômicos Solidários</b>
<b>Escolaridade</b>	Não alfabetizados	Não alfabetizados	Ensino

	ou ensino fundamental incompleto.	ou ensino fundamental incompleto.	fundamental completo, médio incompleto e/ou completo.
<b>Renda</b>	1 salário mínimo	1 a 3 salários mínimos.	1 salário mínimo por cooperado
<b>Residência</b>	A maioria reside nas comunidades em situação de vulnerabilidade social e/ou até mesmo nas ruas.	A maioria dentro dos lixões.	A maioria reside nas comunidades em situação de vulnerabilidade social do entorno das cooperativas.
<b>Faixa etária</b>	08 a 50 anos	15 a 65 anos (55% são mulheres contra 45% de homens)	25 a 65 anos (70% são homens, contra 30% de mulheres).
<b>Capacitação</b>	Não possuem cursos profissionalizantes / a maioria nunca trabalhou de carteira assinada	Não possuem cursos profissionalizantes / a maioria nunca trabalhou de carteira assinada	A maioria já participou de cursos sobre gestão e gerenciamento dos resíduos, entre outros.
<b>Infraestrutura</b>	Big bags e carrinhos coletores	De forma geral, necessitam de pouco equipamento, possuem uma barraca móvel com água e alimentos. Utilizam big bags.	Realizam o trabalho de triagem dos materiais e se utilizam de equipamentos (balança, prensa, mesa de catação, etc.)
<b>Dificuldades</b>	Falta de apoio das	Falta de apoio das	No geral, não

<b>encontradas</b>	esferas públicas, falta de equipamentos de segurança e falta de capacitação.	esferas públicas, falta de equipamentos de segurança e falta de capacitação.	possui espaço físico próprio, número insuficiente de equipamentos para a realização da venda direta para as indústrias de reciclagem.
--------------------	--	--	---

Fonte: Banco de dados internos da ITCP COPPE UFRJ (2011)

Em 2010, com a execução do Projeto *Cataforte* "Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis", a ITCP qualificou mais de 800 catadores de materiais recicláveis no estado do Rio de Janeiro. Ao fim do projeto foram identificados 17 empreendimentos em atividade no estado do Rio de Janeiro. Deste total, mais de 23% atuam na informalidade, 64,71% são cooperativas e 11,76% possuem outra formação. Em relação à origem dos catadores, um pouco mais de 23% são oriundos de lixões e mais de 52% trabalham de forma individual. E quase 80% eram desempregados. Ao todo, os 17 empreendimentos possuem 383 associados, e a maioria já havia recebido cursos de capacitação antes da participação no Projeto *Cataforte*.

Um dado preocupante é que quase 30% destes empreendimentos possuem crianças atuando na atividade de catação. No que se refere ao beneficiamento dos materiais coletados, quase a metade dos empreendimentos o fazem de forma artesanal e de uso próprio, sendo que 58,82% pretende beneficiar o material coletado para agregar valor ao mesmo, na forma de artesanato e manufaturas. A média mensal de remuneração dos 14 empreendimentos que informaram o valor é de R\$482,59 por cooperado.

Em relação aos Programas oferecidos pelo Governo, em pouco mais de 70% dos empreendimentos existe trabalhadores beneficiados pelos programas Bolsa Família, Saúde na Família, entre outros. Esta pesquisa foi realizada pela equipe de técnicos da ITCP seguindo os critérios referentes aos aspectos geográficos, sociais e técnicos. Com a abordagem da situação

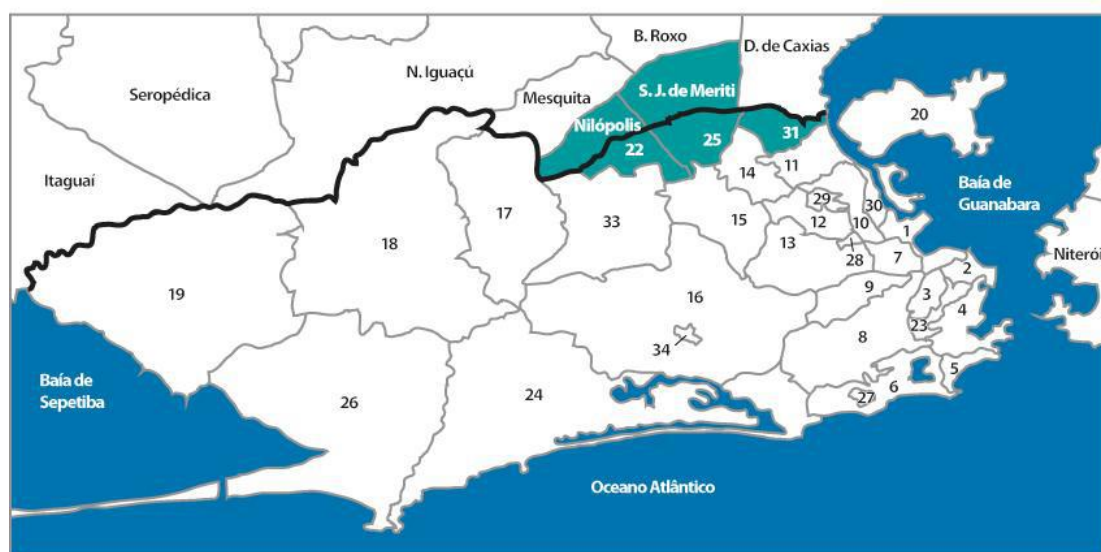
real dos catadores de materiais recicláveis, esta pesquisa serviu para evidenciar a necessidade de realizar assessoria técnica com estes empreendimentos já formados, mas carentes de informação técnica sobre a gestão da cooperativa.

## **2) Abrangência do Projeto**

O projeto abrangia inicialmente uma região composta por três municípios do Estado do Rio de Janeiro: Nilópolis, São João de Meriti e Rio de Janeiro. Com exceção do Rio de Janeiro, os demais municípios apresentam IDH médio. Esta região intermunicipal foi alvejada pelo projeto por questões estratégicas e poucas são as cooperativas organizadas no entorno. Segundo dados levantados pelos técnicos da ITCP, Nilópolis possui sete cooperativas e São João de Meriti 22 cadastradas (mas muitas inoperantes). Embora formalizadas, apresentam um índice de organização baixo. Na região compostas pelos municípios e bairros listados, o número de catadores isolados, que buscam sustento na catação de resíduos em logradouros públicos e lixões é grande. A observação do mapa nos permite compreender melhor a ligação regional coberta pelo projeto inicialmente:



## REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



### Regiões administrativas

- |                  |                |                        |                     |                        |
|------------------|----------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| 1. Portuária     | 8. Tijuca      | 15. Madureira          | 22. Anchieta        | 29. Complexo do Alemão |
| 2. Centro        | 9. Vila Isabel | 16. Jacarepaguá        | 23. Santa Teresa    | 30. Complexo da Maré   |
| 3. Rio Comprido  | 10. Ramos      | 17. Bangu              | 24. Barra da Tijuca | 31. Vigário Geral      |
| 4. Botafogo      | 11. Penha      | 18. Campo Grande       | 25. Pavuna          | 33. Realengo           |
| 5. Copacabana    | 12. Inhaúma    | 19. Santa Cruz         | 26. Guaratiba       | 34. Cidade de Deus     |
| 6. Lagoa         | 13. Méier      | 20. Ilha do Governador | 27. Rocinha         |                        |
| 7. São Cristóvão | 14. Irajá      | 21. Paquetá            | 28. Jacarezinho     |                        |

Fonte: Formulário para apresentação do Projeto Básico da Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n 004/2011- Banco de projetos da ITCP COPPE UFRJ.

Ele cobre uma área carente da região metropolitana, que sofre com o clássico desenho político, econômico e social das metrópoles brasileiras: as desigualdades, que se acentuam quando nos afastamos do centro econômico e político e nos dirigimos às periferias. Os municípios periféricos recebem os resíduos da cidade. E não são poucos os resíduos. Segundo dados do Plano Estadual de Resíduos Sólidos de 2013, a Região Metropolitana é a que mais produz resíduo por habitante ao dia no Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 4.3 1: MÉDIA DOS ÍNDICES PER CAPITA DE GERAÇÃO DE RSU NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2010)

REGIÃO ADMINISTRATIVA	ÍNDICE DE GERAÇÃO PER CAPITA
	(KG/HAB/DIA)
Região Metropolitana	1,19
Região Centro Sul Fluminense	0,73
Região da Costa Verde	0,81
Região das Baixadas Litorâneas	0,82
Região do Médio Paraíba	0,81
Região Noroeste Fluminense	0,72
Região Norte Fluminense	0,87
Região Serrana	0,82
MÉDIA ESTADUAL	1,10

Fonte: Relatório Síntese do Plano estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro, 2013.

A péssima distribuição de renda, atrelada a um cenário de investimento social baixo, contribui para criar uma população vulnerável, sujeita a violência e contabilizada na condição de pobreza extrema. Assim, neste corredor que liga a Cidade do Rio de Janeiro, atravessando bairros com características e marcas de baixo investimento, os primeiros municípios que programamos os objetivos do projeto foram Nilópolis e São João de Meriti.

Além destes municípios, no decorrer do projeto viu-se a necessidade de ampliar o campo de atuação. Na medida em que era feito o trabalho de sensibilização com os catadores, as prefeituras dos municípios ao redor e os próprios catadores solicitaram ajuda à ITCP para capacitação e suporte na criação de cooperativas em outros locais. O projeto se espalhou então para Duque de Caxias, Mesquita, Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Volta Redonda e Barra Mansa.

A ampliação da reciclagem aparece como um desafio a ser enfrentado pelos municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo dados presentes na tese de doutorado de Cícero Pimenteira, da Coppe UFRJ (2010) cerca de 8% de um total de 15 mil toneladas de resíduos são encaminhados para a reciclagem no estado do Rio de Janeiro, sendo apenas 4% utilizados pelas indústrias.

O fortalecimento de empreendimentos formados por catadores através de apoio à infraestrutura do serviço torna-se uma alternativa para a otimização da coleta seletiva, contribuindo assim para o aumento da escala de reciclagem de resíduos na região. Tendo o Rio de Janeiro se tornado um foco para a sede de grandes eventos, a possibilidade de EES formados por catadores atuarem nos megaeventos pode ser ampliada. No entanto, torna-se necessário a organização de uma infraestrutura adequada para que estes empreendimentos possam realizar a coleta seletiva.

Em relação à organização da Economia Solidária, o estado do Rio de Janeiro possui legislação específica contemplando a temática. Em 17 de novembro de 2008, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Lei nº. 5.315, criando o Conselho Estadual de Economia Solidária. Tendo como base o mapeamento realizado entre 2005 e 2007 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) da SENAES/MTE foram identificados 609 EES, distribuídos nos 17 municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro.

<b>Lista de EES Identificados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>	
<b>Municípios</b>	<b>Número de EES Identificados</b>
Belford Roxo	16
Duque de Caxias	88
Guapimirim	5
Itaboraí	11
Japeri	5
Magé	9
Mesquita	22
Nilópolis	7
Niterói	16
Nova Iguaçu	154
Paracambi	4
Queimados	5
Rio de Janeiro	201
São Gonçalo	26

São João de Meriti	22
Seropédica	7
Tanguá	11
Total (Região Metropolitana RJ)	609

Fonte: Base de Dados SIES 2005 – 2007

Vale ressaltar que a maioria dos empreendimentos de reciclagem não está relacionada neste cadastro, pois grande parte destes grupos foi criada após o levantamento, que compreendeu o período entre 2005 e 2007, inclusive através dos projetos da ITCP como o Projeto *Cataforte*.

### 3) Metodologia do Projeto

O projeto foi estruturado em três etapas, divididas em objetivos definidos e verificáveis através das sete metas apresentadas. As Metas guardam relações recíprocas de complementaridade, sendo, em muitos casos, organizadas e realizadas concomitantemente. Durante sua execução, algumas dificuldades foram encontradas através das avaliações periódicas realizadas pela equipe e foram necessárias algumas adaptações para sanar as inadequações. É importante ressaltar que essas modificações foram feitas devido ao caráter de autoavaliação que a universidade propõe, empoderando os alunos e funcionários a capacidade de adaptar projetos durante sua execução, fazendo assim com que os resultados sejam plenamente atingidos.

#### a) Primeira Etapa

No início de 2012, a ITCP realizou o processo de seleção e contratação da equipe que participaria diretamente do processo de sensibilização, organização, formação e capacitação dos catadores.

O processo de sensibilização e capacitação da equipe envolvida na realização do projeto foi fundamental, pois além de garantir a qualidade das intervenções, dinamizou o debate em torno dos procedimentos capazes de gerar os resultados previstos e ampliar o raio de propagação dos conceitos e técnicas da Economia Solidária. Esta capacitação se deu através de oficinas, realizadas por especialistas de comprovada atuação em cada um dos temas

listados no Plano de Trabalho. As oficinas geraram relatórios para registrar e qualificar o processo. Segue abaixo o tema, a ementa e o conteúdo dado para os profissionais.

<b>Tema</b>	<b>Ementa</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>1. Oficina de sensibilização e mobilização de catadores e catadoras</b>	Sensibilização, mobilização e articulação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinâmica e sensibilização e mobilização</li> </ul>
<b>2. Oficina de planejamento do processo de formação.</b>	Diretrizes de planejamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento do processo de formação.</li> </ul>
<b>3. Oficina de conhecimento do Projeto Político Pedagógico da ação.</b>	Etapas de Projeto Político Pedagógico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Etapas do Projeto Político Pedagógico.</li> <li>• Sistematização das ações.</li> </ul>
<b>4. Oficina de elaboração de material didático e seleção de bibliografia</b>	Material didático. Seleção de bibliografia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistematização de cada conteúdo.</li> <li>• Seleção de conteúdos.</li> <li>• Formato do material didático.</li> </ul>
<b>5. Oficina de elaboração de estratégias de acompanhamento e sistematização</b>	Instrumentos, indicadores, Resultados e Avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrumentos de acompanhamento e sistematização.</li> <li>• Indicadores e resultados e avaliação.</li> </ul>
<b>6. Oficina de articulação econômica de Redes</b>	Implantação das redes. Funcionamento. Relações entre cooperativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação da rede dos EES.</li> <li>• Funcionamento da rede</li> <li>• Relações políticas da rede.</li> </ul>

--	--	--

Fonte: Formulário para apresentação do Projeto Básico da Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n 004/2011- Banco de projetos da ITCP COPPE UFRJ.

Esta formação foi de suma importância para a realização exitosa do trabalho que está sendo executado, visto que a área de Economia Solidária não possui um expressivo número de profissionais qualificados para atuação em diferentes projetos.

Em meio ao processo de capacitação, os articuladores institucionais iniciaram o processo de sensibilização, registro dos catadores de rua e de lixão, organização dos grupos e seleção de cooperativas em atuação.

Na medida em que a capacitação ocorreu, a equipe assumiu a responsabilidade de selecionar o material didático utilizado tanto na capacitação dos grupos, quanto na aplicação das assistências técnicas. Eles foram fruto de um profundo processo de atualização da metodologia de incubação de cooperativas como forma de promover a inclusão produtiva, formando grupos autogestionários e sustentáveis. Ressalta-se que os materiais empregados na capacitação da equipe ITCP, na incubação dos grupos e nas assistências técnicas tornaram-se parte do acervo intelectual da ITCP para serem aplicados em projetos posteriores.

Terminada a primeira meta de capacitação dos profissionais, a equipe ITCP iniciou o processo de formação e incubação dos grupos, terceira meta do projeto. O processo é baseado em oficinas e aulas, nas quais a equipe ITCP e os catadores participam do processo de formação, alimentando os diálogos necessários à aplicação da *pedagogia da alternância*<sup>5</sup>, uma referência em trabalhos desta natureza. Esta meta prepara os catadores para o processo de incubação e de transferência de tecnologia. Nestas oficinas os catadores, em fase de organização, serão instruídos a respeito dos vários estágios que compõem a cadeia produtiva de resíduos reutilizáveis e recicláveis. Os procedimentos que compõem esta metodologia

---

<sup>5</sup> A Pedagogia da Alternância “constitui-se enquanto forma de sistematização de um projeto de educação para o jovem do campo a partir de quatro finalidades; orientação, adaptação ao emprego, qualificação profissional e formação geral; elegendo como meio para alcançar estas finalidades a alternância e a associação entre famílias, professores, monitores e instituições” (TRINDADE, 2010, p. 81).

visam desenvolver nos catadores e grupos, conhecimento a respeito de formas de organização de empreendimentos de Economia Solidária autogestionárias. Abaixo segue um quadro com os 8 módulos que são trabalhados na capacitação, com seus respectivos temas e conteúdos.

<b>Tema</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Modulo 1: Histórico dos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O catador e o território;</li> <li>• O trabalho informal;</li> <li>• Organização do trabalho do catador;</li> <li>• O trabalho formal e a inserção na cadeia produtiva;</li> <li>• Reestruturação de processos de produção;</li> </ul>
<b>Modulo 2: Política Nacional de Resíduos Sólidos e EES – Lei 12305 – agosto de 2010</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disposições, definições, instrumentos, classificação, gestão integrada, caracterização, responsabilidades, fluxos e proibições das legislações;</li> </ul>
<b>Modulo 3: Formalização e legalização de empreendimentos Solidários e autogestionários.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Características, legislação, diferenças e semelhanças de associações, grupos e cooperativas;</li> <li>• Processos de legalização.</li> </ul>
<b>Modulo 4: Empreendimentos Econômicos Solidários – Cadeia da Reciclagem e sustentabilidade.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir, reutilizar e reciclar;</li> <li>• Coleta seletiva: Planejamento, estratégia e implantação;</li> <li>• Conceito de sustentabilidade;</li> <li>• Princípios de desenvolvimento sustentável.</li> <li>• Processos de beneficiamento;</li> <li>• Organização do processo de</li> </ul>

	<p>geração de trabalho e renda: quantidade, qualidade e frequência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Etapas da cadeia produtiva: recuperador, revalorizador e transformador.</li> </ul>
<b>Modulo 5: Contribuições da Economia Solidária para o Desenvolvimento e transformação social de empreendedores e empreendimentos solidários.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Democracia, poder e gestão social;</li> <li>• Contribuições da Economia Solidária para o desenvolvimento e transformação social.</li> </ul>
<b>Modulo 6: Gestão e logística reversa: formação e estruturação de empreendimentos.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceituação de gestão e logística reversa.</li> <li>• Estratégia de implantação.</li> <li>• Canais de distribuição diretos e reversos.</li> <li>• Organização técnica, social do trabalho e a gestão democrática dos resíduos.</li> </ul>
<b>Modulo 7: Desenvolvimento e Economia Solidária: Formação de redes de trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento e oportunidades.</li> <li>• Diretrizes de organização do trabalho em rede.</li> </ul>
<b>Modulo 8: Estratégias de formação e implantação de redes de trabalho.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que são redes de cooperação e contribuições para o desenvolvimento local e territorial.</li> </ul>

Fonte: Formulário para apresentação do Projeto Básico da Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n 004/2011- Banco de projetos da ITCP COPPE UFRJ.



A Meta 2, referente à articulação Institucional, formação dos grupos de catadores de rua e processo de seleção das cooperativas corta transversalmente o projeto, tendo início já no segundo mês de atividades. A estratégia foi garantir um diálogo entre os catadores e os planos de assistência social, promovendo o acesso através do encaminhamento à documentação, escola, vacinação e registro no cadastro único (CADUNICO) do Governo Federal.

#### **b) Segunda Etapa**

A Segunda Etapa do projeto engloba as Metas 2, 3 e 6. Ao longo do processo de formação e incubação dos grupos, as atividades da segunda etapa garantem a inserção cidadã do catador. Nesta etapa têm início a aplicação de oficinas para resgate de autoestima através da cultura e do trabalho cooperativo descritos na meta 6 e que esta intimamente relacionada às atividades da Meta 2, de articulação institucional, formação dos grupos e seleção das cooperativas.

A estratégia é garantir que, aliada à formação técnica dos catadores e à transferência de tecnologia, a situação global na qual se insere a atividade de catação e reciclagem, seja avaliada. Os familiares são convidados a participar das oficinas, que visam desenvolver instrumentos críticos, ampliar referências culturais e promover o acesso à cultura. Estão previstas atividades ligadas à apresentação de teatro e música, bem como oficina com crianças para trabalhar questões ligadas à cidadania e à conscientização dos males do trabalho infantil.

Cabe ressaltar que as oficinas voltadas para as crianças já foram aplicadas em outros projetos executados pela ITCP, onde se puderam observar os impactos positivos provocados por atividades que colocam em interação os responsáveis, as crianças e as atividades de catação, reciclagem e reaproveitamento. Abaixo segue os temas e conteúdos trabalhados nessa meta 6.

<b>Tema</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>1. Formação aplicada às famílias.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontros mensais, temático ligados aos conteúdos das oficinas de formação e de acordo com as necessidades das famílias e empreendimentos.</li> </ul>
<b>2. Logística de mobilização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontros mensais com o MNCR (Movimento Nacional de Catadores) para discussão de propostas de beneficiamentos aos empreendimentos.</li> </ul>
<b>3. Oficinas “Políticas Públicas de Educação, Saúde e recursos sociais”.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontros mensais para verificar as possibilidades de Acesso à escola, bolsa família, cartela de vacinação, exploração do trabalho infantil.</li> </ul>

Fonte: Formulário para apresentação do Projeto Básico da Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n 004/2011- Banco de projetos da ITCP COPPE UFRJ.

### **c) Terceira Etapa**

A terceira etapa engloba as Metas 4, 5, 6 e 7, referentes à assistência técnica para empreendimentos em atuação e para os novos grupos formados pelo projeto e oficinas variadas, além de ser executada concomitantemente com a Meta 2. Elas visam garantir um aprimoramento da qualidade técnica das cooperativas e ampliar os postos de trabalho com aumento da capacidade de trabalho e produção dos grupos. A Meta 6, que assim como a Meta 2, corta transversalmente todo o projeto, garante a ampliação da formação e capacitação de indivíduos e grupos para lidar com os desafios cada vez mais complexos da cadeia produtiva de resíduos recicláveis. A estratégia é ampliar as habilidades e competências dos indivíduos, para criar grupos mais densos e conscientes.

A Meta 7, última do projeto, desdobra uma série de questões contemporâneas, ligadas à complexificação da cadeia produtiva e dos desafios que as cooperativas de catadores enfrentam para se posicionar no mercado de forma sustentável. Trata-se de uma meta Global, para a qual as demais metas preparam os grupos. É o amadurecimento do processo que o

projeto propõe executar, levando em consideração demandas que vão além da capacitação pontual e respondendo às exigências atuais de formação de grupos capazes de atingir a sustentabilidade, e proteger o meio ambiente das agressões provocadas pelo descarte e despejo desordenado de resíduos nas regiões metropolitanas. Neste sentido, a ITCP estruturou o presente projeto, planejando alcançar também, a criação de um campo de proteção ambiental e social: quanto mais catadores bem qualificados e conscientes de suas tarefas são formados, mais resultado positivo terá em prol da preservação ambiental.

#### **d) Sobre as Oficinas referentes às metas 6 e 7**

Nas ações formativas, que unem capacitação para o trabalho cooperativo e aprimoramento profissional, as Metas 6 e 7, ampliam o horizonte dos catadores, na medida em que provocam discussões em torno de sua atividade principal e sobre questões como meio ambiente, política, sustentabilidade e família. É sabido que um dos problemas enfrentados pelos grupos de catadores está na limitação de visão em relação às questões sociais, políticas e ambientais que giram em torno de suas atividades.

O projeto arquitetou então as Metas 6 e 7, objetivando ultrapassar esta limitação e criar uma dinâmica de oficinas e debates que componham, paralelamente ao processo formativo, um repertório ampliado do contexto no qual se inserem a catação, seus atores e familiares. São metas desenhadas em função do desenvolvimento qualitativo geral dos catadores.

Os catadores, nestas oficinas, são participantes diretos dos debates em torno de questões que ultrapassam a especificidade da habilidade de catar, para integrá-los a uma corrente de debate interessada em encontrar estratégias de mobilização e organização em função da sustentabilidade e autonomia do empreendimento.

É preciso ainda considerar o grau de complexidade dos arranjos produtivos que se relacionam diretamente à catação. Temas como a preservação ambiental, a possibilidade de aumentar a vida útil dos materiais empregados na confecção de vários produtos, a legislação de coleta seletiva e do descarte dos resíduos e a logística reversa são temas complexos e

serão compreendidos na medida em que se cria um ambiente cultural que amplia as competências dos atores envolvidos na catação.

As atividades das Metas 6 e 7 serão mensuradas a partir de oficinas e encontros. O material das oficinas é desenvolvido especificamente para as ocasiões em que estão programadas e observam as características dos grupos envolvidos. Ao fim do processo, haverá dois produtos resultantes: um plano de negócios para sustentabilidade da cooperativa e um relatório agrupando o material das oficinas. Posteriormente, o relatório servirá de referência para novas atividades vinculadas aos objetivos de ampliação das referências culturais e políticas de cooperativas de catadores e o plano de negócios será um instrumento essencial para sustentabilidade da cooperativa frente ao mercado competitivo.

#### **e) A ferramenta do Plano de Negócios**

O plano de negócios, um dos materiais resultantes das atividades desempenhadas pela assessoria técnica merece uma atenção especial. Este é um objeto de mercado que será produzido para as cooperativas a fim de manter a sustentabilidade das mesmas.

A metodologia de confecção do plano de negócios das cooperativas está baseada no modelo ABCCOMMERCE de Plano de Negócios que foi criado para atender as necessidades de empresas da internet. Este modelo foi escolhido por estruturar o Plano de Negócios em seis módulos que juntos abordam os principais temas relevantes para o sucesso de um empreendimento. Os módulos são: O empreendimento, os produtos, o mercado, o marketing, as finanças e o cronograma de atividades e metas.

Este plano de negócios é diferente dos planos das grandes empresas, pois é fruto de uma construção coletiva levantada a partir de diagnósticos, discussões e oficinas realizadas com cada cooperativa a fim de explicitar suas reais necessidades, demonstrando suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, possibilitando assim a sustentabilidade do empreendimento.

#### 4) Resultado da análise parcial do projeto

Durante o processo de execução do projeto, puderam-se observar alguns vícios e incongruências em sua metodologia. Não que a metodologia estivesse mal formulada, mas o cronograma que foi montado para sua execução não atendeu plenamente a algumas necessidades dos empreendimentos.

Para compreender o cronograma do projeto, segue abaixo sua estrutura inicial, com as metas, etapas, datas de início e término e indicadores descritos com suas respectivas quantidades a serem atingidas.

Metas	Etapas	Indicadores Físicos de Execução			
		Previsto no projeto			
		Data Início	Data Término	Indicador Físico (descrição)	Qtde.
1. Capacitação da equipe	1.1	03/12/2012	03/06/2013	Seleção e contratação da equipe	14
	1.2	05/11/2013	04/12/2013	Oficinas de capacitação	9
	1.3	04/02/2013	04/12/2013	Organização do material pedagógico	8
2. Articulação Institucional	2.1	03/01/2013	02/05/2013	Sensibilização/captação dos catadores para o projeto	570
	2.2	04/02/2013	01/06/2013	Organização dos catadores em grupos de trabalho	400
	2.3	04/02/2013	01/07/2013	Seleção das cooperativas a serem atendidas pela Assistência Técnica	40
	2.4	04/02/2013	01/12/2014	Diagnóstico da situação social dos catadores	400
	2.5	02/01/2013	03/05/2013	Ativação das parcerias do projeto e definição do local da capacitação	
3. Captação e incubação dos	3.1	03/05/2013	31/07/2013	Módulos 1 e 2	400
	3.2	01/08/2013	01/10/2013	Módulos 3 e 4	400

grupos	3.3	04/11/2013	28/02/2014	Módulos 5 e 6	400
	3.4	03/03/2014	19/05/2014	Módulos 7 e 8	400
	3.5	20/05/2014	31/07/2014	Reforço dos Módulos	
4. Assistências Técnicas aos empreendimentos formalizados e em atuação	4.1	05/08/2013	01/10/2013	Assistência Técnica Temas 1 e 2	30
	4.2	01/10/2013	20/12/2013	Assistência Técnica Temas 3 e 4	30
	4.3	06/01/2014	28/03/2014	Assistência Técnica Temas 5 e 6	30
	4.4	01/04/2014	13/06/2014	Reciclagem Meio Ambiente	30
5. Assistências Técnicas aos grupos recém-formados	5.1	04/08/2014	09/01/2015	Assistência Técnica Temas 1 e 2	10
	5.2	12/01/2015	15/05/2015	Assistência Técnica Temas 3 e 4	10
	5.3	15/06/2015	20/11/2015	Assistência Técnica Temas 5 e 6	10
6. Oficinas para resgate de autoestima	6.1	01/04/2013	28/11/2014	Oficinas tema 1: família e cuidado de si.	10
	6.2	01/04/2013	28/11/2014	Oficinas tema 2: Logística de mobilização.	10
	6.3	01/04/2013	28/11/2014	Oficinas tema 3: Políticas Públicas de Educação, Saúde e recursos sociais.	10
7. Oficinas Inclusão, Meio Ambiente e Sustentabilidade.	7.1	04/08/2014	27/11/2015	Oficinas: Reciclagem e meio ambiente.	10
	7.2	04/08/2014	27/11/2015	Oficinas: Ferramentas para inclusão produtiva	10
	7.3	04/08/2014	27/11/2015	Oficinas: Plano de Negócios e Sustentabilidade	10

Fonte: Formulário para apresentação do Projeto Básico da Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n 004/2011- Banco de projetos da ITCP COPPE UFRJ.

Com a realização da capacitação dos primeiros catadores, os resultados já foram surgindo, fazendo com que, ora grupos de catadores se organizassem para criar uma cooperativa nova, ora antigas cooperativas agora com catadores capacitados realimentassem a vontade de crescer.

Com isso, foram aumentando as demandas por assessoria técnica a esses novos e aos já formados empreendimentos, em busca do suporte necessário para constituição, legalização e sustentabilidade da cooperativa.

Porém, as atividades de assessoria para as cooperativas recém-formadas do projeto estavam previstas para serem atendidas apenas quando finalizassem as capacitações dos 400 catadores e a assessoria aos empreendimentos formados anteriormente ao projeto. Seria então, um processo temporal gradual, onde na medida em que os 400 catadores fossem capacitados, aqueles que criassem cooperativas seriam atendidos pela assessoria e posteriormente pelas oficinas, finalizando o ciclo de atividades com a realização do plano de negócios.

O que foi observado com essa metodologia foi que durante o tempo em que ela foi realizada na lógica de meses e não de grupos, algumas cooperativas se desarticularam devido a algumas dificuldades enfrentadas no momento de constituição da cooperativa.

Segue abaixo quatro fatores observados pelos técnicos da ITCP durante o projeto, que são enfrentados nos primeiros meses de uma cooperativa e que são fundamentais para compreender a necessidade de mudança da metodologia para que os grupos não desestruem.

- Alto custo para retirada de documentos necessários para a legalização e baixo ou inexistente capital de giro inicial.
- Baixa articulação dos agentes públicos com o empreendimento, principalmente a prefeitura e seus respectivos órgãos responsáveis pela articulação com os catadores e sua atividade.
- Desarticulação dos cooperados para trabalho em equipe, visto que antes a maioria trabalhava em sua lógica solitária de recebimento no dia a dia e na cooperativa é transformada em uma lógica de grupo com recebimentos mensais, ou seja, os rendimentos deixam de ser proveniente da sua venda realizada diariamente e passam a ser a partir dos rendimentos mensais produzidos pelo grupo.
- Baixo nível de retorno nos primeiros meses de atividade, devido a alto custo com equipamentos, espaço e documentação, assim como

recolhimento/recebimento de baixa quantidade de material para suprir os custos do empreendimento.

A partir desta análise, a equipe de execução do projeto se reuniu para reestruturar a metodologia e alinhar as atividades às especificidades de cada grupo.

As cooperativas foram separadas em grupos onde os técnicos da ITCP pudessem atender em sua totalidade cada grupo (e suas necessidades) no mais curto espaço de tempo. As maiores mudanças ocorreram com os grupos recém-formados, que passaram a receber atividade de assessoria logo após a finalização da capacitação.

A nova divisão foi estruturada da seguinte forma:

- Primeira Fase (até dezembro de 2014) - Capacitação de 250 cooperados, assessoria técnica para 20 empreendimentos, sendo 10 deles empreendimentos recém-formados e os outros 10 empreendimentos já formalizados.
- Segunda Fase (até novembro de 2015) - capacitação de 150 cooperados, assessoria técnica para 2 empreendimentos recém-formados e os 18 empreendimentos já formalizados.

Com isso, hoje o projeto pode ser considerado exitoso, a partir do momento que observamos que a capacitação de mais de 250 catadores, já resultou na criação de 10 cooperativas que permitiram o fechamento de lixões, como o de Japeri, trazendo assim uma melhor realidade para os catadores, apontando para uma nova perspectiva de organização, geração de renda e qualidade de vida. A perspectiva para 2015 é finalizar a capacitação de mais 150 catadores, vislumbrando o fechamento do projeto com mais de 400 catadores capacitados e 40 cooperativas de materiais recicláveis atingidas pela assessoria técnica da ITCP.



## CONCLUSÃO

A universidade é um campo de constante produção de conhecimento. No entanto, não é a única. O trabalho realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares demonstra a importância dessa construção do conhecimento através de uma “via de mão dupla”, onde os catadores se apropriam do conhecimento da universidade para sua melhor qualidade de vida, e a universidade permite aos estudantes e funcionários, através da extensão, compreender a realidade de muitos segmentos excluídos do ambiente socioeconômico brasileiro.

O projeto analisado demonstra que a universidade é fundamental no processo de criação e execução de políticas públicas. A universidade possui a capacidade de produção do conhecimento, mas também de revisão e adaptação do mesmo para atingir melhores resultados. Essa característica é fundamental na realização de políticas públicas de geração de trabalho e renda à população de extrema pobreza, onde o generalismo não pode ser praticado.

Não existe uma fórmula mágica para solucionar os problemas desta população marginalizada, com distintas características e inúmeras problemáticas. Mais complicado ainda é a realidade de quem trabalha com os materiais recicláveis. A cadeia produtiva do material reciclável está em constante crescimento e adaptação. O reconhecimento da profissão é baixo, e os rendimentos, menores ainda. A consciência da população é deficiente e o apoio das entidades públicas ainda é pouco ou inexistente.

Com isso, ao passo em que as políticas públicas são idealizadas e através das universidades são realizadas, gera-se um movimento capaz de disseminar o conhecimento, que articula setor público, universidade e sociedade a fim de beneficiar os catadores e seus empreendimentos, transformando a exclusão gradativamente em inclusão social e econômica.

Segundo Boaventura dos Santos (2005, p.15),

*“ao contrário do que proclama o neoliberalismo, é hoje mais urgente que nunca fomentar formas de produção e de distribuição de bens e serviços alternativos as formas capitalistas, uma vez que estas nunca foram tão excludentes e nunca deixaram os excluídos*

*em condição de tão grande vulnerabilidade (as populações descartáveis)”.*

E é esse um dos papéis que a universidade visa desempenhar. Por meio de pesquisas, bolsas de extensão, estágios e atividades extracurriculares os universitários têm a oportunidade de assimilar esse conhecimento holístico e fomentar as novas formas de produção. Na sala de aula o conhecimento adquirido na extensão é compartilhado com os demais, assim como no dia a dia pessoal e profissional do estudante, fazendo com que o conhecimento não se limite aos campos da universidade. Na universidade não deve haver muros, e a extensão é a ponte para este fundamental contato com a sociedade em busca de melhores condições de trabalho e renda.

## REFERÊNCIAS

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ** Texto publicado no livro Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais. Organizadores Ilka Camarotti e Peter Spink. Rio de Janeiro: editora FGV, 2001. 328p. (Coleção FGV Prática).

BRASIL. **Política nacional de resíduos sólidos**. LEI Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 10 nov. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Documento final da II Conferência nacional de Economia Solidária – conaes** “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. 2010. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91301/4120146/IICONAES.pdf>> Acesso em 31 de Outubro de 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão** / Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006 Disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/04.Indissociabilidade-Ensino-Pesquisa-Extensao/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>> Acessado em 18 de Outubro de 2014.

GONÇALVES, P. **A Reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. RJ: DP&A, 2003

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 1º sem. 2004.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo e cooperativismo. A Economia Solidária em debate: transformações no mundo do trabalho**. São Paulo, UNITRABALHO, 2000.

ITCP COPPE UFRJ. **Programa de Incubação**. 2007.

ITCP COPPE UFRJ. **Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2ª ed. 2012.

LIANZA, Sidney e HENRIQUES, Flávio Chedid (Org.). **A Economia Solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A Economia Solidária**. 2014. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>> Acesso em 21 de Outubro de 2014.

PIMENTEIRA, Cícero Augusto Prudêncio. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos No Rio de Janeiro: Impactos das Decisões dos Gestores Nas Políticas Públicas**. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, Setembro de 2010. Disponível em <[http://www.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/cicero\\_pimentel.pdf](http://www.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/cicero_pimentel.pdf)> Acessado em 01 de Novembro de 2014.

REZENDE, Gustavo Matarazzo e BOEIRA, Sergio Luis. **A Construção do Conhecimento sobre Gestão na Incubação de Cooperativas Populares: uma Análise sob a Luz das Representações Sociais e das Tensões**. IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da ciência da Administração. Florianópolis, SC. Março, 2014

RIO DE JANEIRO. **Plano Estadual De Resíduos Sólidos Do Rio De Janeiro Relatório Síntese**. 2013.

RIQUE, Mônica. **Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo**. Disponível em <<http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/>> Acessado em 15 de Outubro de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. UFMG. **Rede Nacional de Extensão**. Disponível em <[http://www.renex.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=20](http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20)> Acessado em 22 de Outubro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto de extensão: Incubadora tecnológica de cooperativas populares: formação e desenvolvimento de cooperativas populares como instrumento de geração de emprego e renda**. Disponível em <[http://www.ufpa.br/cursoeconomia/extensao/projincubadora\\_final.htm](http://www.ufpa.br/cursoeconomia/extensao/projincubadora_final.htm)> Acesso em 15 de Novembro de 2014.